

O argumento do Conhecimento do Criador como argumento cético

DANILO MARCONDES

(PUC-RJ/UFRJ, CNPq). E-mail: danilo@fil.puc-rio.br

*A gramática da palavra “conhecer” é estreitamente relacionada a “poder”, “ser capaz de”. Mas também estreitamente relacionada a “compreender” (‘Domínio’ de uma técnica).
Ludwig Wittgenstein, Investigações Filosóficas, §150.*

I INTRODUÇÃO

Há, em um sentido amplo, duas maneiras, certamente inter-relacionadas, de se conceber a filosofia. A primeira diz respeito a um conjunto de questões originárias sobre a existência, o conhecimento, a verdade, os valores, que se encontram em várias formas de discurso desde o literário até o científico e em praticamente todas as culturas, embora possam se manifestar de diferentes formas, sendo uma delas a filosofia. A segunda, mais específica, considera o pensamento filosófico como um modo de dar um tratamento determinado a essas questões. Neste sentido, a filosofia consiste em um discurso argumentativo no qual o que se afirma deve ser desenvolvido por meio de argumentos, ou seja, deve ser justificado racionalmente¹. Por sua vez, ao argumentar os filósofos mantêm que, uma vez aceitas as premissas, devemos aceitar as conclusões que decorrem delas (Barnes, 1997). Ao adotarmos e utilizarmos no discurso filosófico determinados conceitos como o de conhecimento, estamos comprometidos com sua definição, o que decorre dela, seus pressupostos, suas implicações e conseqüências. Definições conceituais estabelecem assim pontos de partida que vêm a determinar o modo como se desenvolve o pensamento sobre certas questões.

Se a filosofia se define, sobretudo, como um discurso argumentativo, podemos considerar o argumento do conhecimento do criador², ou *maker's knowledge*, um dos mais centrais em toda a tradição filosófica, sendo geralmente interpretado como especialmente característico do pensamento moderno³. Contudo, se examinarmos a tradição, veremos que este argumento não tem uma única formulação e cumpre diferentes papéis em diferentes momentos. Qualquer tentativa de defini-lo de forma mais precisa revela quão pouco óbvio ele é e quão pouco evidente é sua formulação, já que o argumento não tem uma forma canônica. Para reconstruir o sentido e a relevância desse argumento, é necessário, portanto, examinar algumas das mais influentes dessas diferentes formulações e dos diferentes papéis que tem exercido ao longo da tradição. Merecerá especial destaque a importância deste argumento na formação do pensamento moderno, sobretudo no contexto da retomada do ceticismo antigo no Renascimento e no início da modernidade.

II O ARGUMENTO DO CONHECIMENTO DO CRIADOR COMO ARGUMENTO CÉTICO:

Como podemos caracterizar o argumento do conhecimento do criador e como entendê-lo precisamente enquanto argumento?

A retomada do Ceticismo Antigo nos séculos XVI e XVII tem sido interpretada como um dos fatores decisivos na formação do pensamento moderno (Popkin, 1979, 2003; Sorell, 1993). Do mesmo modo, o argumento do conhecimento do criador, a tese de que conhecer é ser capaz de criar ou produzir aquilo que se conhece, é entendido como característico da nova concepção de ciência – a *scientia activa*, prática ou aplicada – que emerge no contexto da Revolução Científica Moderna (Arendt 1963, Koyré, 1979; Perez-Ramos, 1988; Oliveira, 2002).

Examinarei aqui a hipótese de que o argumento do conhecimento do criador deve ser entendido primordialmente como um argumento cético, ou seja, como parte deste contexto de influência da problemática cética nesse período e como tendo um papel limitativo do conhecimento.

Isso se dá precisamente na medida em que esse argumento tem uma importância central na passagem do desafio cético, que questiona a possibilidade do conhecimento científico em decorrência do fracasso da ciência antiga, para a formulação de um ceticismo mitigado ou moderado que torna possível uma nova concepção de ciência – experimental, probabilística, imune às dificuldades que afetaram a concepção antiga. A adoção deste argumento tem assim uma influência fundamental na redefinição do próprio conceito de ciência que ocorre neste período, especificamente apontando para a necessidade de rediscussão da metodologia científica e, com isso, passando a ter igualmente um papel legitimador do conhecimento científico.

É essencial para isso a re-interpretação da versão negativa do argumento do conhecimento do criador, “Só conhecemos aquilo que criamos”, em que a limitação é enfatizada, em termos de uma versão positiva, “[Efetivamente] conhecemos o que criamos”, em que o papel legitimador do argumento se explicita⁴.

Com isso, começará a ser abandonado o projeto de fundamentação da ciência encontrável ainda em Descartes, que mantém a relação entre ciência e metafísica herdada da tradição antiga, sobretudo aristotélica (Burt, 1983; Clarke, 1992). Segundo esta visão, não só a metafísica é uma ciência, um conhecimento demonstrável; com efeito, a ciência mais geral acerca da natureza da realidade; mas, além disso, a ciência natural é parte do campo do saber constituído pela metafísica, isto é, pertence ao mesmo gênero da metafísica, vindo a constituir saberes específicos sobre o mundo natural, enquanto a metafísica seria o saber mais geral e abrangente (Aristóteles, *Metafísica livro E, 1025b*)⁵.

Procuraremos mostrar que a constituição da ciência moderna envolve efetivamente uma redefinição do próprio conceito de ciência, destacando o papel do argumento do conhecimento do criador neste processo. Este argumento pode ser considerado um argumento cético devido às seguintes características básicas do conceito de conhecimento que pressupõe:

- Conhecer é equivalente a fazer, produzir, ou criar.
- Só podemos conhecer aquilo que fazemos, produzimos, ou criamos.

- O conhecimento pressupõe a capacidade de entendimento do processo causal de modo que aquele que conhece a causa pode produzir o efeito esperado (causalidade eficiente).
- O conhecimento é sempre do fenômeno, uma vez que a essência, a “real natureza das coisas” se encontra além de nosso modo de apreensão, já que o ser humano não cria a realidade.
- O conhecimento científico define-se como técnico ou aplicado sendo o seu resultado, ou sucesso, a medida de sua validade.

III PORQUE O ARGUMENTO DO CONHECIMENTO DO CRIADOR NÃO SE ENCONTRA NA FILOSOFIA ANTIGA?

Para um grande número de pensadores do período moderno o conhecimento do criador é a única forma autêntica de conhecimento. De acordo com a interpretação predominante, discutida anteriormente, este conceito não se encontra na filosofia antiga, tem um papel pouco relevante no pensamento medieval, começa a ganhar destaque no Renascimento, tornando-se então a tradição dominante a partir do início do período moderno. Deste período em diante a grande maioria dos desenvolvimentos nos campos da filosofia, do conhecimento científico e mesmo da arte parecem ser derivados da adoção e da influência desta concepção de conhecimento.

Como veremos, a idéia de que conhecer deve ser entendido como fazer ou criar vai além das dicotomias já tradicionais entre conhecimento prático e conhecimento teórico, ou entre *knowing how* e *knowing that* (RYLE, 1949, cap. II, seção 3), ou ainda entre *scientia activa versus scientia contemplativa*, ou mesmo de análises como a de Hanna Arendt (1963) sobre o *homo faber*.

É possível, contudo, identificarmos uma concepção de conhecimento do criador já na filosofia grega antiga. Ou melhor, na tradição metafísica grega o conhecimento do criador, embora encontrável, não era considerado como uma forma elevada de conhecimento, mas sim como inferior em relação ao conhecimento metafísico, ou teórico, o qual, sendo superior, estabelecia o padrão de conhecimento genuíno para a filosofia e para a ciência. Mas por que este tipo de conhecimento era considerado superior? O conhecimento

teórico é conhecimento de uma realidade estável, permanente e abstrata, consistindo de formas e princípios. Em conseqüência, trata-se de conhecimento certo e verdadeiro, obtido por uma faculdade de apreensão intuitiva (*nous* ou *noésis*), que fornece acesso direto ou imediato àquilo a que se dirige. A concepção, oriunda da metafísica, de que só o conhecimento da realidade estável e permanente pode ser considerado conhecimento em um sentido pleno, estabeleceu o padrão definidor de conhecimento em toda a Antigüidade.

O conhecimento do criador, por outro lado, é inferior ao conhecimento teórico na medida em que se trata de conhecimento técnico, de tipo prático. Por essa razão, é condicionado pela habilidade prática do criador, entendido aqui como o artífice ou artesão (*demiourgos*), além de condicionado também pelo propósito a que o objeto produzido serve, e pelas ferramentas e material que emprega. Esses condicionamentos e limitações fazem com que o objeto que resulta deste processo seja mutável, imperfeito e, em última instância, perecível, assim como dependente do produtor e da finalidade para a qual é produzido. É, portanto, inferior de um ponto de vista ontológico em relação aos objetos abstratos de natureza metafísica, tais como formas e princípios, cuja existência é autônoma, independente do processo de conhecimento.

Além disso, encontramos na filosofia grega a concepção segundo a qual é aquele que usa que determina como o objeto deve ser feito. Deste modo o conhecimento do artífice, daquele que faz ou cria, deve ser subordinado ao interesse daquele que usa o objeto. As duas passagens seguintes de Platão são ilustrativas desta concepção:

Sócrates: Mas quem será capaz de determinar a forma adequada de uma fiadeira, seja qual for a madeira utilizada, o carpinteiro que a fabrica ou o tecelão que a utiliza?

Hermógenes: Diria que aquele que a usa, Sócrates.

Sócrates: E quem usa o trabalho do fabricante de liras? Não é aquele que a toca e que pode avaliar se o trabalho foi bem feito ou não?

Hermógenes: Certamente.

Sócrates: E quem é ele?

Hermógenes: Aquele que toca a lira. (Platão, *Crátilo*, 390 b.)

Sócrates: Há três artes (*technai*) que dizem respeito a todas as coisas: a do uso (*chresomenen*), a do fabrico (*poiesousan*) e a da imitação (*mimesomenen*). E a excelência (*arete*), beleza (*kallos*) ou correção (*orthotes*) de qualquer coisa, animada ou inanimada, e de toda ação humana, é relativa ao uso para o qual o que a fez a designou. Portanto, aquele que usa é aquele que deve ter mais experiência da coisa e deve indicar ao fabricante as boas ou más características que se revelam no uso. Por exemplo, o flautista dirá ao fabricante de flautas quais as flautas que fabrica são satisfatórias ao flautista que as toca; ele dirá como o fabricante deve fazê-las e este seguirá suas instruções. O flautista sabe e fala com autoridade sobre as qualidades, boas ou ruins da flauta, enquanto o fabricante confiará nele e fará o que lhe é dito. (PLATÃO, *República* X, 601e).

Pode-se dizer então que o conhecimento prático tem, segundo esta interpretação, duas dimensões, o conhecimento daquele que faz o objeto e o conhecimento daquele que o utiliza, sendo que, por sua vez, é aquele que o utiliza que define como o objeto deve ser feito, que características deve ter e que exigências o artífice deve satisfazer, para que o uso seja bem sucedido. Em terminologia aristotélica, a causa final determina a causa eficiente. O conhecimento do criador, no caso o artífice, é neste sentido dependente do conhecimento daquele que usa o objeto. Pode-se dizer que por este motivo é o mais inferior dos tipos de conhecimento.

No *Timeu* (28a-29b), Platão nos diz que o artífice ou demiurgo cria o universo com base nas formas que contempla e a partir deste conhecimento organiza a matéria. É deste modo que o *Cosmo* vem a existir. Mas o demiurgo não é ele próprio o criador nem das formas, nem da matéria, ambas sendo pré-existentes ao ato de criar e independentes dele, mas apenas introduz ordem no mundo.

Segundo a tradição metafísica grega, o conhecimento é definido basicamente como verdadeiro enquanto conhecimento de um objeto estável, permanente, de um objeto de natureza abstrata, autônomo em relação ao próprio processo de conhecimento. Este conhecimento de tipo mais elevado

é a *theoria*⁶. O conhecimento do criador, ou seja, que se realiza por meio da *téchne* ou da *poiesis* é certamente útil e importante de um ponto de vista prático na vida cotidiana, incluindo desde a medicina até a arquitetura, do trabalho do escultor ao do ferreiro. Contudo, fazer criar, produzir, são atividades limitadas, contingentes, sem autonomia, incapazes por isso mesmo de satisfazer os critérios de um conhecimento mais elevado e que produzem sempre apenas um objeto imperfeito.

IV QUANDO SE DÁ A MUDANÇA NO CONCEITO DE “CONHECIMENTO DO CRIADOR”?

Ilustramos através da referência a Platão o lugar inferior que os gregos tradicionalmente atribuíram ao “conhecimento do criador” como parte da *téchne*, ou conhecimento prático. Veremos mais adiante como no contexto moderno isto se inverte e este tipo de conhecimento torna-se o paradigma de conhecimento e ser capaz de fazer, fabricar e criar torna-se o critério legitimador do conhecimento. É necessário explorarmos agora alguns dos principais aspectos de quando, como e por que se dá esta mudança.

A relação entre este argumento e a tradição cristã parece evidente, e isto faz com que a interpretação cristã do conceito de conhecimento do criador seja inovadora em relação à concepção grega, examinada anteriormente. É, portanto, com o Cristianismo que começa a ocorrer essa mudança em um sentido decisivo. Contudo, talvez a primeira referência que possa ser dada neste sentido seja o pensamento judaico do neoplatônico Fílon de Alexandria (c. 25 a.C. – 50 d.C.), ao tentar compatibilizar a filosofia grega com a cultura judaica promovendo a conciliação das duas tradições. Fílon preparou o terreno para o desenvolvimento posterior de uma filosofia cristã inspirada no pensamento grego, influenciando fortemente a escola de Alexandria à qual pertenceram alguns dos mais importantes pensadores da patrística como Justino, Orígenes e Clemente.

Em seus comentários ao *Pentateuco*, Fílon empregou um vocabulário conceitual platônico para interpretar a narrativa da criação no *Livro do Gênesis* (Runia, 2001), aproximando o Deus criador (*Elohim*) do demiurgo platônico

do *Timeu*. Segundo esta leitura, o criador do universo é um artífice como o demiurgo de Platão, contudo, Ele cria o *Cosmo* em um sentido diferente.

Deus quando gerou todas as coisas, não as tornou simplesmente visíveis, mas produziu o que antes não era, sendo ele não apenas demiurgo, mas criador... Pode-se dizer que o cosmo inteligível não é outra coisa senão o *lógos* de Deus no ato de formar o mundo, já que a cidade inteligível não é outra coisa senão o cálculo do arquiteto que já pensa em fundar a cidade. (Filon de Alexandria, *De Officio Mundí*⁷)

Ao contrário do demiurgo platônico, Deus não contempla as formas para então organizar a matéria, mas as formas estão na mente divina uma vez que, enquanto Ser Supremo, não seria admissível uma realidade superior a Ele. A afirmação de que não há nenhuma realidade externa superior ao Criador, parece ser a primeira inovação em relação à concepção grega. O segundo ponto importante consiste na concepção de que o ato de criação como um ato do próprio Ser Supremo, do “arquiteto do universo”, vem a ser uma manifestação de seu poder supremo, de sua onipotência e mesmo de sua infinita bondade. De certo modo, pode-se dizer que o Criador herda e internaliza uma das principais características da cosmologia platônica, a forma do Bem como suprema forma. O saber absoluto coincide com o poder absoluto.

Temos assim a terminologia da metafísica platônica, empregada, contudo, com um sentido radicalmente diferente.

Em seu tratado *Quod Deus sit immutabilis* (VI, 30), Filon mantém que:

As coisas geradas são conhecidas por aquele que lhes dá vida; as coisas produzidas são conhecidas por aquele que as produz através de sua habilidade, e quem quer que dê ordem às coisas, também as conhece. Deus é assim ao mesmo tempo e de modo mais verdadeiro o pai, o criador, e aquele que impõe ordem a todo o universo.

Portanto, Deus é aquele que possui o conhecimento perfeito de tudo que existe.

O neoplatonismo cristão deu continuidade a esta interpretação e, baseando-se no próprio Fílon, interpretou o Criador explicitamente como *creator ex nihilo*. Enquanto resultado da onipotência divina o ato de criação é absoluto e originário, não dependendo de nada além da vontade divina. Isso lhe garante a autonomia que o criador na acepção grega enquanto artesão não possuía.

Há controvérsias quanto à diferença entre esta posição e a de Fílon, sendo que se pode supor que essa interpretação já estivesse neste filósofo ainda que de modo menos explícito e elaborado. As formas tornam-se arquétipos na mente de Deus e a criação do *Cosmo* torna-se uma manifestação do poder e do conhecimento divinos, isto é, do *lógos* como princípio da ordem e da racionalidade⁸.

É possível que a tradição cristã nascente tenha procurado enfatizar os aspectos inovadores da concepção de um Deus onipotente e sumamente bom em relação às concepções pagãs da divindade encontradas anteriormente. Pode ser também que quando a tradição cristã começa a se separar mais radicalmente da judaica tenha se tornado mais importante ainda destacar o que seria específico ao Cristianismo, sobretudo quanto à questão da origem do universo.

Orígenes (185-255), um dos principais defensores da doutrina da *creatio ex nihilo*, em *De principiis* (II) argumenta que não é mais difícil supor que Deus tenha criado o mundo material do que supor que a matéria exista eternamente como na filosofia grega tradicional.

Em Santo Agostinho, encontramos a concepção de conhecimento do criador atribuída a Deus como resultado da influência neoplatônica em seu pensamento. Com efeito, um dos principais aspectos desta influência é a doutrina de que a criação é não apenas um ato da suprema bondade de Deus, mas também de sua suprema sabedoria. Antes da criação todas as criaturas já existiam na mente de Deus como formas ou idéias (*rationes, formae, e regulae* são os termos empregados, v. *Confissões* XI, 31). Ao expor esta doutrina, Santo Agostinho faz uma analogia comparando a mente divina com um artista que concebe a sua obra mentalmente antes de realizá-la como uma escultura ou uma pintura, por exemplo.

Enquanto, para Platão, as formas existiam independentemente do demiurgo, embora acessíveis a ele, Santo Agostinho segue a tradição da leitura platônica feita por Filon, mantendo que as *formae* existem na mente ou no espírito de Deus (*in divina intelligentia*).

São Tomás de Aquino pode também ser visto como representativo da tradição do conhecimento do criador ao final da Idade Média ao adotar a mesma concepção encontrada já no início do Cristianismo quanto à interpretação da relação de Deus com Sua Criação. Encontramos, por exemplo, na *Summa contra Gentiles* (II) a fórmula: *Quod Deus ex nihilo produxit res in esse*, como título do capítulo 16^o. A concepção do mundo como criação divina tem também uma importância central na filosofia de São Tomás, constituindo o assim chamado “argumento cosmológico” uma das cinco vias da prova da existência de Deus, que terá inclusive um papel legitimador do interesse pela ciência natural nos últimos séculos da filosofia medieval: conhecer o mundo é também indiretamente conhecer seu criador uma vez que o criador deixa sua marca na criatura (*Suma Teológica* I, questão 2, artigos 1-3).

Com isso, o conceito de conhecimento do criador começa a se alterar, incorporando à causa eficiente do artífice e à causa final do usuário, a causa formal daquele que concebe a criação. Deste modo o ato de criar passa a ser entendido em termos de uma relação direta entre a causa formal e a causa eficiente. As formas se tornam assim objetos mentais que constituem os modelos da criação. Embora essa concepção neste momento esteja restrita ainda à mente divina, parece ser por esta via que as formas se tornam entidades mentais.

V. O ARGUMENTO DO CONHECIMENTO DO CRIADOR NA FILOSOFIA MODERNA

Nos cem anos que vão de meados do século XV a meados do século XVI o interesse dos humanistas pelos textos clássicos gregos e latinos tornaram possíveis novas traduções e edições de obras antigas de Sexto Empírico, Diógenes Laércio e Cícero que serviram de introdução da filosofia cética no Ocidente latino. Além disso, o *conflito de teorias* encontrado neste período entre algumas correntes da escolástica medieval e a filosofia do Renascimento, entre a

tradição católica e as novas doutrinas da Reforma, bem como entre a ciência antiga e a ciência moderna em seu surgimento, constituiu-se em um solo fértil para a retomada dos argumentos e das estratégias dialéticas dos cétricos antigos, dando origem ao que Popkin denominou “crise pirrônica” (1979, cap. II). Em um período de crise e de transição, de mudanças profundas e do questionamento da autoridade estabelecida, o arsenal cético forneceu armas eficazes para este combate¹⁰.

Minha hipótese é que o argumento do conhecimento do criador é parte deste arsenal e tem uma grande importância neste período, na discussão filosófica e científica, teológica e estética. Embora seja encontrado em versões anteriores já no período medieval, como vimos na seção IV, é a este novo contexto que tipicamente pertence, tornando-se largamente difundido no início da Modernidade, quando adquire um novo sentido, enquanto *criação humana*. Assume então diversas formas em diferentes filósofos.

Trata-se de uma das concepções mais centrais de nossa tradição cultural, a visão do ser humano como criador, capaz assim de aproximar-se tanto quanto possível de Deus, através do ato de criação. Veja-se a este respeito as seguintes passagens de um dos mais influentes autores da época (*apud* MONDOLFO, 1977):

Deus criou uma natureza que participa bastante de sua perfeição, e é a natureza intelectual que é a mais semelhante ao Criador porque ela possui o livre arbítrio e é como um outro Deus. (Nicolau de Cusa (1401-1464) *Excitatio*, livro V)

A concepção do pensamento divino é a produção das coisas, a concepção de nosso pensamento é a noção das coisas. Se o pensamento divino é uma entidade absoluta, sua concepção equivale à criação dos entes, e a concepção de nosso pensamento à assimilação dos entes. (NICOLAU DE CUSA, *De Mente*, cap. III.)

A tradição do conhecimento do criador pode ser considerada uma das principais correntes subterrâneas do pensamento moderno, freqüentemente

funcionando mais como um pressuposto, um elemento subjacente do que propriamente como um argumento explicitamente formulado e desenvolvido. Na verdade, não possui uma formulação única, como veremos adiante, mas várias, podendo-se identificar dois sentidos, um positivo e outro negativo, como duas faces de uma mesma moeda. Apesar dessas diferenças, creio que se pode manter que todas essas várias formulações compartilham do mesmo princípio básico, o de que só conhecemos aquilo que criamos.

A concepção de que conhecemos o que criamos, de que é no ato de criar ou fazer algo que o conhecimento se manifesta, se concretiza e mesmo se legitima, opõe-se à concepção predominante no pensamento antigo¹¹, discutida anteriormente (parte III) de que o conhecimento por excelência consiste na contemplação, *theoria*, de verdades eternas e imutáveis, independentes do intelecto humano e às quais este ganha acesso através de uma faculdade privilegiada, a *intuição intelectual*, que corresponde à *noésis* platônica ou à *lux rationis* agostiniana (Marcondes, 1999).

A origem dessas novas versões do argumento é de certa maneira um tanto remota e obscura. Encontra-se já no Renascimento e está de acordo com o espírito do Humanismo Renascentista que também considera o homem como criador. Nas passagens que se seguem vemos o recurso ao argumento ainda no sentido da criação divina, mas já indicando a relação com a criação humana, por exemplo em Marsílio Ficino (*apud* Mondolfo, 1977):

Uma vez que nós, pelo caminho do conhecimento não somos autores das coisas, não existe acaso nenhuma razão para que as percebamos, exceto em uma determinada proporção; mas uma vez que a ciência divina é a causa primeira das coisas, Deus não conhece as coisas porque se harmoniza com a natureza das coisas, as conhece porque é Ele mesmo a causa das coisas. Deus ao conhecer a si mesmo como princípio de todas as coisas, a todas imediatamente conhece e faz. (Marsilio Ficino (1433-1499), *Commentarium in Parmenidem*, cap.XXXII)

Só Deus conhece todas as coisas como são, porque só Ele sabe sem ser passivo em relação às coisas, mas as conhece porque as faz, dando-lhes a cada

uma a medida de seu ser. (Tommaso Campanella (1568-1639), *Metaphysica*, I, 8.)

Se alguém obtivesse um conhecimento inteligível perfeito seria semelhante a Deus, mais ainda seria o próprio Deus. Porém ninguém pode conhecer perfeitamente o que não criou. Nem sequer Deus poderia ter criado alguma coisa se não a tivesse conhecido perfeitamente com antecedência. (Francisco Sanchez, *Quod Nihil Scitur* (1581))

É difícil encontrar princípios, ou verdades, na Física, cujo objeto pertence tão somente às coisas que Deus criou; não devemos nos surpreender se não podemos encontrar as verdadeiras razões e a maneira pela qual agem e são afetadas, uma vez que só conhecemos as verdadeiras razões das coisas que podemos fazer pelas mãos ou pelo espírito; e de todas as coisas que Deus fez, não podemos fazer nenhuma. (Marin Mersenne, (1588-1648), *Harmonie Universelle*)

Na concepção renascentista do ato de criar aproximam-se os dois principais campos da criatividade humana, a arte e a técnica, no sentido do trabalho do artífice. Afinal, *ars* é a tradução latina para a *techné* grega. A arte parece ser assim o campo por excelência em que o homem ultrapassa seus limites, podendo produzir ou criar algo. Na seguinte passagem de Leonardo Da Vinci (1452-1519), um dos melhores exemplos de criador renascentista, esta concepção fica clara, sobretudo no contraste entre a *primeira criação*, feita por Deus, e a *segunda criação*, humana:

A ciência é uma *segunda criação* elaborada pelo discurso, a pintura uma *segunda criação* elaborada pela fantasia. (*Tratado da Pintura*, vol. I, §§ 3-8.)

A idéia de “segunda criação”, por analogia com a “primeira criação”, a criação divina, é bastante significativa a este respeito, revelando ao mesmo tempo o caráter derivativo da criação humana, que deve ser entendida a partir da divina, mas também ao mesmo tempo a sua dignificação, que pode ser contrastada com a concepção grega de um saber inferior. Assim como Deus criou o *Cosmo*, o homem é capaz de criar sua própria obra.

Contudo, a criação artística não será considerada posteriormente já no período moderno uma experiência de caráter cognitivo ou científico, sendo que no campo do conhecimento da realidade natural a experiência humana permanece limitada, pois só podemos conhecer o que criamos. É significativo que a questão da estética e da criação artística seja um tema quase ausente da discussão filosófica do início da Modernidade, por exemplo, em autores como Bacon, Descartes, Hobbes e Locke para quem a questão epistemológica é central, mesmo quando discutem um projeto político ou um modelo de sociedade – também algo a ser criado.

Mas afinal no que consiste exatamente o argumento do conhecimento do criador? Como vimos anteriormente (parte II), a argumentação cética se caracteriza tradicionalmente por levantar a questão dos limites da capacidade humana de conhecer a realidade tal como ela é, sua essência, as causas primeiras. Os céticos foram os primeiros na filosofia antiga a questionar a definição de ciência como tendo por objetivo o conhecimento das causas, “*rerum cognoscere causas*”¹². Os limites do conhecimento humano são considerados de duas formas: a *primeira* é epistêmica, devido às características da própria natureza humana, isto é, o alcance dos sentidos e da razão como fontes de conhecimento são limitados porque o ser humano é finito e imperfeito, tal como nos mostram, por exemplo os tropos de Enesidemo; a *segunda* é lógica, como nos mostram os tropos de Agripa, devido à nossa incapacidade de provar ou demonstrar de modo conclusivo a verdade de qualquer tese ou proposição; dúvidas, objeções, posições alternativas sendo sempre possíveis nestes casos.

Este argumento, em suas diferentes formulações, pode ser visto como consistindo em um ataque frontal ao realismo clássico, como um dos principais argumentos restritivos do poder e do alcance da intuição. Suas conseqüências mais importantes são: não podemos conhecer a natureza tal como é em sua essência, porque não a criamos; nenhuma faculdade de apreensão intuitiva é capaz de garantir este conhecimento, porque a intuição não é criadora¹³.

Em última análise, o argumento do conhecimento do criador parece depender centralmente da noção de causalidade, sobretudo, entendida como *causa eficiente*. Não posso ser causa do real, mas apenas de minhas representações. As passagens seguintes são ilustrativas disso:

Como as causas das coisas naturais não estão em nosso poder, mas sim na vontade divina, e a maior parte delas é invisível, não podemos deduzir suas propriedades a partir das causas, pois não as vemos. (Thomas Hobbes (1588-1679), *De Homine*, x,5)

O conhecimento (*knowledge*) e o poder humano (*human power*) são sinônimos, uma vez que a ignorância das causas frustra o efeito; pois a natureza só é subjugada quando nos submetemos a ela, e aquilo que na filosofia contemplativa corresponde à causa, na ciência prática torna-se a regra. (Francis Bacon (1561-1626), *Novum Organon*, I, § 3)

Para o realismo, o conhecimento deve ter por objeto uma realidade estável e permanente, a essência ou primeiros princípios, e não apenas representações subjetivas. Segundo a argumentação cética, a intuição não torna o conhecimento possível, porque não é criadora, não pode gerar, por si própria este objeto estável de conhecimento. Os céticos, ao rejeitarem o apelo à intuição como capaz de produzir evidências, admitem que nosso conhecimento é sempre parcial e limitado, embora, ainda assim, deva ser considerado *conhecimento*, alterando desse modo este conceito.

O argumento do conhecimento do criador pode ser compreendido de duas maneiras, dependendo de suas conseqüências, positivas ou negativas. De acordo com a interpretação que enfatiza os limites do conhecimento humano, podemos conhecer *apenas* o que criamos. Como vimos anteriormente, o elo entre este argumento e a tradição cristã parece óbvio, o que pode ser considerado uma característica nova do ceticismo moderno, ausente do ceticismo antigo. Se apenas Deus pode criar, então só Deus é capaz de conhecer a sua criação, o mundo natural. O conhecimento humano em seu esforço limitado de compreender a realidade pode no máximo produzir conceitos e representações, sendo incapaz de alcançar a realidade em si mesma. Não conhecemos a realidade como ela é, mas apenas como a representamos. O conhecimento humano, se é que merece este nome, está restrito a meras aparências, aos fenômenos, e não pode ser considerado verdadeiro, demonstrável ou fundamentado, em nenhum sentido conclusivo. Encontramos esta versão do argumento,

que pode ser entendida como mais cética, sobretudo, em pensadores religiosos desde o Renascimento, e neste contexto ele parece originar-se de Nicolau de Cusa (ver citação acima), que retoma teses do neoplatonismo cristão.

O mesmo princípio, contudo, de que conhecemos apenas aquilo que criamos, pode ser interpretado no sentido oposto. Os seres humanos são capazes de conhecer o que criam, e, embora não tenham criado a natureza e, portanto, não possam conhecê-la, podem imitá-la e reproduzi-la através da técnica e podem assim efetivamente conhecer aquilo que criam. O homem é neste sentido um *imitator Dei*. Esta versão do argumento é encontrada nos assim chamados filósofos da técnica, cujo principal representante neste período foi Francis Bacon (Oliveira 2002). Este pode ser considerado o *sentido construtivista* ou *positivo* do argumento, abrindo caminho para o conhecimento entendido como ciência aplicada na técnica, como *scientia activa*, na linguagem da época. Neste sentido, o argumento serve como legitimador do conhecimento que deste modo se produz.

Segundo Hobbes:

Entre as artes, algumas são demonstráveis, outras indemonstráveis, e são demonstráveis aquelas cuja construção do objeto está no poder do artista ele próprio, o qual em sua demonstração, não faz mais do que deduzir as conseqüências de sua própria operação... A geometria, portanto, é demonstrável, porque as linhas e as figuras sobre as quais raciocinamos são traçadas e descritas por nós mesmos; e a filosofia civil é também demonstrável pois somos nós que fazemos a sociedade. Mas, como não conhecemos a construção dos corpos naturais, mas apenas os investigamos a partir de seus efeitos, não há demonstração das causas daquilo que devemos buscar. (*Six Lessons to the Savillian Professors of Mathematics*, pref.)

Podemos, portanto, distinguir quatro sentidos gerais do argumento do conhecimento do criador, não necessariamente excludentes:

- 1 *Sentido religioso*: Só Deus pode conhecer a Natureza porque só Deus é seu criador. A ciência natural é impossível ao homem, o conhecimento

humano é limitado, a ciência é vã, devendo ceder lugar à fé ou a uma *sapientia* de inspiração divina, sem pretensão explicativa. Este versão se encontra em autores como Nicolau de Cusa em seu *De docta ignorantia*, Gian Francesco Pico della Mirandola em seu *Examen de Vanitatis Scientiae et artium* (1520), Pierre Charron em seu *De la sagesse* (1601).

- 2 *Sentido técnico*: O homem pode conhecer aquilo que cria, tornando-se assim um *imitator Dei*. Há, portanto, um conhecimento humano, uma ciência operacional, instrumental, que não consiste no acesso a essências, mas que nem por isso deixa de ser conhecimento já que satisfaz o critério da criação, segundo o qual o homem é capaz de reproduzir certos processos naturais e seus efeitos. Francis Bacon é o principal representante desta tradição, na qual não é necessário recorrer à fé ou a um outro tipo de saber para a superação dos limites do conhecimento.
- 3 *Sentido humanista*: O homem deve dedicar-se à investigação do mundo humano, daquilo que cria, a realidade social e política, a história e a linguagem, porque estas são criações humanas e, portanto, podem ser conhecidas, e não ao mundo natural. A verdadeira ciência é a ciência da realidade humana, desde a retórica e a filologia, até a política e a moral. Esta tradição vai de Lorenzo Valla a Giambattista Vico, sendo este último talvez o melhor representante desta tradição com sua fórmula do *verum factum*¹⁴. Podemos incluir aí também, até certo ponto, Hobbes, para quem a política é uma ciência, mas não há ciência natural, e Locke, para o qual igualmente a moral é uma ciência. O apelo à fé como superação dos limites do conhecimento é ausente nestes casos.
- 4 *Sentido epistêmico*: O homem não conhece diretamente a realidade natural porque não a cria e, portanto, não tem acesso à sua essência, à sua natureza última, mas a conhece através de suas idéias ou representações que são produções suas. Pertencem a esta tradição Francisco Sanchez, os céticos mitigados, Mersenne e Gassendi, Locke com sua teoria das idéias e, em um contexto posterior, Kant com sua distinção entre objeto e coisa-em-si.

Os três últimos sentidos podem ser considerados posições que assumem os limites da natureza humana quanto ao conhecimento, sem derivar daí as conseqüências negativas do ceticismo, ou seja, a impossibilidade do conhecimento. Enquanto que no primeiro sentido, os limites do conhecimento podem e devem ser superados pela fé.

VI A METÁFORA DO RELÓGIO

O mecanicismo como concepção de ciência natural que considera a natureza como um mecanismo e vê o papel da ciência como a descrição das leis que explicam o funcionamento deste mecanismo é predominante em praticamente todo o período moderno desde o século XVI. Esta concepção tem no argumento do conhecimento do criador um dos seus fundamentos mais centrais. Isso pode ser ilustrado pela presença constante nos autores mais representativos desta concepção da famosa “metáfora do relógio”, em que o relógio é tomado como símbolo da realidade natural e o “relojeiro” é o seu criador, aquele que realmente conhece o funcionamento do mecanismo, enquanto nós, que observamos a face externa do relógio, ou somos seu usuário, só podemos percebê-lo exteriormente. Tal como a natureza segundo a concepção desta época, o relógio funciona, ou deve funcionar, com precisão matemática; é um instrumento útil para todos nós, que podemos usá-lo mesmo sem compreender seu funcionamento; pode ser construído e reconstruído, ou seja, consertado, somente por aquele que conhece seu mecanismo de funcionamento. Embora o cientista não conheça a natureza em sua essência é capaz de reproduzir os seus efeitos na construção de mecanismos como o relógio. Os mecanismos são réplicas da natureza, construídos por artífices que, enquanto tais, têm o perfeito conhecimento de seu funcionamento.

Segundo Pierre Gassendi:

A essência ou natureza de um ser no mundo físico é a sua causa, portanto, conhecer é saber a causa de sua gênese; porém ela só pode ser conhecida por quem fez a sua natureza, quer dizer, Deus, em quem conhecer é fazer. O

homem não conhece as causas ou naturezas porque não é seu criador; por outro lado, conhecerá o que ele mesmo criou, os produtos de sua arte, os objetos artificiais aos quais o homem dá forma porque é seu autor. (Pierre Gassendi, (1592-1655) *Opera Omnia*)

As passagens que se seguem, apenas uma pequena seleção dentre inúmeras outras, mostram a importância desta metáfora neste período (Rossi, 1989). Note-se a ênfase na construção e reconstrução do mecanismo como imagem do conhecimento, por exemplo, em Sanchez, Hobbes e Glanvill; a referência a Deus no texto de Descartes; e o contraste entre a visão da face externa do relógio e seu mecanismo interno em Locke e em Boyle.

Pois tudo é entendido por suas causas constitutivas. Assim como em um relógio, ou em qualquer pequeno mecanismo deste tipo, a matéria, a figura e as engrenagens só podem ser conhecidas se o decomposmos e examinamos suas partes. (Thomas Hobbes, *De Cive*, prefácio (1642).)

Se queres saber como o relógio dá as horas, será necessário que examines todas as engrenagens, da primeira à última; e terás que averiguar o que move a primeira, como esta move a seguinte, e esta outras duas, e assim por diante até a última. E, se além de indicar as horas, as indica com uma agulha em uma esfera e mostra também as fases da lua, o curso perfeito do sol pelo Zodíaco de modo semelhante ao que ocorre no céu, a questão se complicará ao extremo e não poderias perceber como funciona o menor destes mecanismos a menos que desmontaras todo o engenho e entendestes cada parte de sua função. (Francisco Sanchez, *Quod Nihil Scitur* (1581))

Assim como um industrioso relojoeiro poderia fazer dois relógios que mostrassem as horas da mesma maneira sem nenhuma diferença em sua aparência externa, contudo, sem nenhuma semelhança na composição de suas engrenagens, é certo que Deus opera em uma diversidade infinita de maneiras (cada uma das quais permite com que Ele faça as coisas aparecerem no mundo como são, sem tornar possível à mente humana saber qual dessas

maneiras Ele decidiu usar em cada caso). E creio ter feito o suficiente se as causas que listei são tais que os efeitos que elas podem produzir são semelhantes àqueles que vemos no mundo, sem sermos informados se há outras possibilidades pelas quais podem ser produzidos. (René Descartes, *Princípios da Filosofia* (1644))

Pois um artífice pode fazer com que todas as engrenagens de um relógio funcionem, bem como suas molas e pêndulos, da mesma maneira os mesmos efeitos podem ser produzidos por diversas causas diferentes umas das outras; e freqüentemente será muito difícil, senão impossível, a nossa frágil razão discernir qual dessas várias maneiras, pela qual é possível à natureza produzir os mesmos fenômenos, que ela [a natureza] decidiu realmente exibir. (Robert Boyle, (1627-1691))

Seria quase impossível a alguém que nunca tivesse visto o movimento interior e as engrenagens, fabricar um relógio apenas tendo visto o círculo das horas e o mostrador; do mesmo modo é difícil conhecer as operações naturais em qualquer sentido prático pela simples visão das aparências sensíveis. (Joseph Glanvill, *Scepsis Scientifica* (1665))

...e nossa idéia da natureza de cada indivíduo seria tão diferente, quanto a idéia daquele que conhece cada engrenagem e mola do interior do famoso relógio de Estrasburgo, em relação à do camponês que o observa admirado e mal percebe o movimento dos ponteiros e as batidas das horas, vendo apenas a sua aparência externa. (John Locke, *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1690), III,vi,3)¹⁵

Encontramos esta concepção ainda em Kant, quando, na *Crítica do Juízo* (§65), reflete sobre os limites da concepção mecanicista de ciência da natureza, utilizando para isso a metáfora do relógio:

Num relógio, uma parte é o instrumento do movimento da outra, mas uma engrenagem não é a causa eficiente da produção de outra engrenagem;

certamente uma parte existe para a outra, mas não é por esta outra que ela existe. É porque a causa produtora desta e de sua forma não está contida na natureza (desta matéria), mas fora dela, num ser, que a partir das Idéias pode realizar um todo possível por sua causalidade. É por isso também que num relógio uma engrenagem não pode produzir outra, e menos ainda, um relógio outros relógios.

VII CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos limitativos do conhecimento, dentre os quais se destaca o argumento do conhecimento do criador, levaram, através do debate ocorrido ao longo da formação da filosofia moderna, a uma redefinição do próprio conceito de ciência e de conhecimento científico, e à demarcação do campo do conhecimento legítimo, abandonando-se progressivamente a idéia de ciência como um corpo de verdades universais e necessárias que explicam a natureza do real de modo conclusivo e determinam suas causas últimas, dando lugar à concepção de teorias científicas como modelos explicativos do real, de caráter hipotético ou conjectural. O probabilismo e o construtivismo vêm assim em substituição às pretensões a conhecimento do realismo clássico e revelam em parte a influência da concepção de conhecimento do criador.

A filosofia cética teve um papel decisivo neste processo, porém seus argumentos foram utilizados sem que se tirassem deles conseqüências céticas radicais, como, por exemplo, a impossibilidade do conhecimento. Ainda que não tenhamos um conhecimento absoluto, evidente e definitivo sobre a totalidade do real e sobre a natureza das coisas, isso não quer dizer que não possamos fazer ciência, se redefinirmos a concepção de conhecimento científico. Renunciar ao conhecimento das essências e dos primeiros princípios não significa renunciar à ciência, mas sim adotar uma nova noção de conhecimento científico, redefinindo-o e separando-o da metafísica especulativa. O ceticismo se torna com isso uma propedêutica, uma preparação para o desenvolvimento de uma ciência legítima, dando origem nesse sentido mais positivo à filosofia crítica¹⁶. ∞

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo *Bibliothèque Augustinienne*, (Bruxelas: Desclées de Brouwer, 1936).
- ARENDT, Hanna *Between Past and Future*, (Cleveland: World Publisher, 1963).
- ARISTOTLE, *Ethics*, trans. J.A.K. Thomson, (Harmondsworth: Penguin Classics, 1955).
- BACON, F. *Novum Organon, Great Books of the Western World*, (Chicago: Encyclopedia Britannica, 1952).
- BARNES, Jonathan “The beliefs of a pyrrhonist” in Myles Burnyeat e Michael Frede (orgs.), *The original skeptics: a controversy*, (Indianapolis: Hackett, 1997).
- BRUNDELL, B. *Pierre Gassendi: From Aristotelism to a New Natural Philosophy*, (Dordrecht: D.Reidel, 1987).
- BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*, (Brasília: UnB, 1983).
- CLARKE, Desmond M. “Descartes’ philosophy of science and the scientific revolution”, em John Cottingham (org.) *The Cambridge companion to Descartes*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1992).
- DESCARTES, René, *Règles pour la direction de l’esprit, Oeuvres*, (Paris: Vrin, 1996).
- Funkenstein, Amos *Theology and the Scientific Imagination from the Middle Ages to the Seventeenth Century*, (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1986).
- GAUKROGER, Stephen “Vico and the maker’s knowledge principle”, *History of Philosophy Quarterly*, 3, 1, 1986, 29-44.
- HINTIKKA, Jaako *Knowledge and the known: historical perspectives in epistemology*, (Dordrecht: D.Reidel, 1974).
- KRETMANN, Norman *The Metaphysics of Creation: Aquinas’s Natural Theology in Summa Contra Gentiles II*, (Oxford: Clarendon Press, 1999).
- MARCONDES, Danilo, “O argumento do conhecimento do criador e o ceticismo moderno”, in Marilena Chauí e Fátima Évora, *Figuras do racionalismo*, (Campinas: Anpof/CNPq, 1999a), p. 1-30.
- MARCONDES, Danilo, “Da luz natural ao signo convencional: pensamento intuitivo vs pensamento discursivo na filosofia moderna”, em Edgar da Rocha Marques e outros (orgs.), *Verdade, conhecimento e ação*, (São Paulo: Loyola, 1999b), p. 247-258.
- MONDOLFO, Rodolfo *O Homem na Cultura Antiga*, (São Paulo: Mestre Jou, 1968).
- MONDOLFO, Rodolfo *Il verum factum prima di Vico* (1977).
- OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*, (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002).
- PEREZ-RAMOS, Antonio *Francis Bacon’s idea of science and the maker’s knowledge tradition*, (Oxford: Oxford University Press, 1988).
- PLATO, *Timaeus, Cratylus, Republic*, Loeb Classical Library, (Harvard: Harvard University Press, 1996).
- POPKIN, Richard H. *The history of scepticism from Erasmus to Spinoza*, (Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1979).

- POPKIN, Richard H. *The history of scepticism from Savonarola to Bayle*, (Oxford: Oxford University Press, 2003).
- PORCHAT PEREIRA, Oswaldo *Ciência e dialética em Aristóteles*, (São Paulo: Editora da Unesp, 2000).
- REALE, Giovanni *História da filosofia antiga*, (São Paulo: Loyola, 1994).
- ROSSI, Paolo *Os filósofos e as máquinas*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).
- RUNIA, David T. *Philo of Alexandria, On the Creation of the Cosmos according to Moses*, (Herndon, Va.: Brill Academic Publisher, 2001).
- RYLE, Gilbert *The concept of mind*, (Londres: Hutchinson, 1949).
- SCHMITT, Charles B. *Gianfrancesco Pico della Mirandola and his Critique of Aristotle*, (Haia: Martinus Nijhoff, 1967).
- SEXTO EMPÍRICO *Works*, Loeb Classics, (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1976), 4 vols, trad. R. G. Bury.
- SORELL, T. *The rise of modern philosophy*, (Oxford: Clarendon Press, 1993).
- ZAGORIN, Perez “Vico’s Theory of Knowledge: A Critique”, *Philosophical Quarterly*, vol. 34, no. 134, 1984, p. 15-30.
- WILSON, Brian (org.) *Rationality*, (Oxford: Blackwell, 1970).

Notas

- 1 O conceito de justificação racional, por sua vez, pode sofrer alterações. Ver Wilson (1970).
- 2 Ver a definição deste conceito em Hintikka (1974); Perez-Ramos (1988); Zagorin (1984) e Oliveira (2002), cap.IX.
- 3 Dentre os poucos intérpretes a tematizarem esta questão, as duas principais fontes de análise deste argumento, Mondolfo (1977) e Perez Ramos (1988), o consideram como tipicamente moderno.
- 4 Esta distinção será retomada mais adiante na parte V.
- 5 Para uma análise do conceito de ciência em Aristóteles ver Porchat (2000).
- 6 Ver Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, X, 7-8.
- 7 *Apud* Reale (1994), vol.IV, págs. 247 e 249.
- 8 Interpretação encontrável, por exemplo, em Clemente de Alexandria (c. 150 – c. 127), *Stromata*, VI, 7.
- 9 Kretzmann (1999, pág. 72), contudo considera que esta expressão talvez deva ser atribuída a um escriba. Muitas outras passagens podem ser elencadas acerca do “conhecimento do criador” em São Tomás, p.ex. no “Tratado sobre a Criação” (I, iii, questões XLIV-XLIX, destacando-se a questão XLV, ar.1, ad.3, “Se criar é fazer algo a partir do nada”) da *Suma Teológica*.
- 10 Retomo aqui alguns aspectos da análise desenvolvida em Marcondes (1999a).

11 Com exceções, ver a este respeito Mondolfo (1968), *O Homem no Pensamento Antigo*, 4a. parte.

12 A fórmula “causarum cognitio” aparece em Cícero (*Tusculanae Disputationes* 5.7) e o verso “Felix qui potuit rerum cognoscere causas” em Virgílio (*Geórgicas*, 2, 410).

13 Um dos exemplos disso já no séc.XVIII é o argumento de Kant contra a intuição intelectual na “Estética Transcendental” da *Crítica da Razão Pura*.

14 Sobre a importância deste argumento em Vico ver Gaukroger (1986).

15 Ver também na mesma obra II,xxiii,12; III, vi,9; III,vi,39.

16 Esta é, p.ex., a posição dos assim chamados “céticos moderados” como Gassendi e Mersenne (Ver Popkin,1979,cap.VII).